

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

Índice de Baseleia

O Conglomerado Credit Suisse Brasilapura seus limites operacionais de forma consolidada. O índice de Baseleia, em 31 de dezembro de 2020 era de 13,83% (2019 – 22,34%).

Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado Credit Suisse Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo.

Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, estarão disponíveis em nosso site na internet, a partir de

31 de Março de 2021, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a adequação do Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://www.credit-suisse.com.br/pl/quem-somos/governanca/dados-abertos/plar3.html>.

A Diretoria:

Andre Luis Bannwart
Emerson Ferreira Leite
Leonardo Raibin
Marcelo Augusto Ramos
Mária Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez
Mauro Barbosa de Oliveira
Teodoro Zemella Bruno de Lima

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Passivo e Patrimônio Líquido	
		Dezembro/2020	Dezembro/2019
Circulante		1.652.164	1.227.907
Caixa e equivalentes de caixa	5	655.069	296.372
Disponibilidades		3.001	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5/6	652.068	296.371
Aplicações no mercado aberto.....		337.733	410.745
Instrumentos financeiros		337.716	410.745
Títulos e valores mobiliários.....	7	143.090	97.023
Carteira própria.....		194.626	313.722
Vinculações à prestação de garantias.....		17	-
Operações de crédito		659.261	520.626
Operações de crédito - empréstimos de ações.....		1.515	1.404
Outros créditos		655.457	517.910
Rendas a receber.....	8	915	937
Negociação e intermediação de valores.....		1.374	376
Ativo fiscal corrente.....	9	101	164
Diversos.....		101	164
Outros valores e bens		32.345	27.667
Despesas antecipadas.....		29.396	25.363
Não-circulante		29.396	25.363
Realizável a longo prazo		99	182
Outros créditos		27.814	25.120
Rendas a receber.....	15c/d	1.483	60
Ativo fiscal diferido.....	9	2.949	2.304
Diversos.....		-	1
Investimentos		2.920	2.252
Outros investimentos.....		9.489	7.977
Imobilizado		(6.569)	(5.725)
Imobilizado de uso.....		29	51
Depreciações acumuladas.....		406	406
Intangível		(377)	(359)
Ativos intangíveis.....		1.684.509	1.255.574
Amortizações acumuladas.....		-	-
Total do ativo		1.684.509	1.255.574

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Reservas de lucros	
		Dezembro/2020	Dezembro/2019
Circulante		1.296.400	903.378
Outras obrigações		1.296.400	903.378
Provisões - Sociais e estatutárias.....	10a	28.164	29.683
Provisões - Fiscais e previdenciárias.....	10b	4.970	4.837
Obrigação fiscal corrente.....		24.797	23.739
Negociação e intermediação de valores.....	8	1.192.617	815.059
Diversas.....	10c	45.852	30.060
Não-circulante		20.159	22.840
Exigível a longo prazo		20.159	22.840
Outras obrigações		20.159	22.840
Provisões - Sociais e estatutárias.....	10a	9.475	9.475
Provisão e passivos contingentes.....	12	4.962	5.005
Diversas.....	10c	4.815	7.760
Patrimônio líquido	13	367.950	329.356
Capital social de domiciliados no país.....		210.000	210.000
Reservas de lucros.....		160.238	120.137
Ajustes de avaliação patrimonial.....		(2.288)	(781)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.684.509	1.255.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2018	Nota	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		social	legal			
Resultados abrangentes.....	11	-	-	(1.065)	-	1.065
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....		-	-	(426)	-	426
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....		-	-	-	43.198	43.198
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-
Destinações:						
Reserva estatutária.....	13b	-	31.737	-	(31.737)	-
Dividendos.....	13c	-	-	(10.580)	(10.580)	-
Em 31 de dezembro de 2019		210.000	42.000	(781)	-	329.356
Resultados abrangentes.....	11	-	-	(2.510)	-	2.510
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....		-	-	1.003	-	1.003
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....		-	-	-	53.468	53.468
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-
Destinações:						
Reserva estatutária.....	13b	-	40.101	-	(40.101)	-
Dividendos.....	13c	-	-	(13.367)	(13.367)	-
Em 31 de dezembro de 2020		210.000	42.000	(2.288)	-	367.950
Em 1º de julho de 2020		210.000	42.000	(781)	38.894	368.250
Resultados abrangentes.....	11	-	-	(2.510)	-	2,510
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....		-	-	1.003	-	1.003
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....		-	-	-	14.574	14,574
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-
Destinações:						
Reserva estatutária.....	13b	-	40.101	-	(40.101)	-
Dividendos.....	13c	-	-	(13.367)	(13.367)	-
Em 31 de dezembro de 2020		210.000	42.000	(2.288)	-	367.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), é constituída sob a forma de sociedade anônima, domiciliada à Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700/101-14º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, tem por objeto todas as atividades permitidas às sociedades corretoras, operando na intermediação de títulos e valores mobiliários em Bolsa de Valores e de Mercadorias. A Corretora é empresa integrante do Conglomerado Credit Suisse Brasil, cujo controlador é o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e suas operações são conduzidas dentro deste contexto.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), que considera os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, regulamentados pelo Bacen até o momento. Estas demonstrações foram elaboradas tendo como escopo a instituição individual. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores de certos ativos e instrumentos financeiros, provisões e passivos contingentes da Corretora, conforme descritas na nota 3. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. A resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021, incluindo a apresentação da demonstração do resultado abrangente. A Corretora, quando da preparação das demonstrações financeiras, com base na Circular supracitada, realizou a reclassificação de determinados itens do balanço patrimonial, sendo os efeitos desta reclassificação para os saldos comparativos, apresentados abaixo:

Outros créditos (Diversos) - Circulante	Reclassificação	Nomeclatura atual
19.850	337	Obrigação fiscal corrente - Circulante
6.643	96	Outros créditos (Diversos) - Circulante
-	60	Outros créditos (Diversos) - Não-circulante
-	25.120	Ativo fiscal diferido - Não-circulante
Total	26.493	26.493
Outras obrigações (Diversas) - Circulante	35.665	30.060
Outras obrigações (Diversas) - Não-circulante	7.760	7.760
Total	43.425	43.425
Fiscais e previdenciárias - Circulante	28.576	23.739
Total	28.576	28.576

As demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram aprovadas para emissão pela administração e submetidas ao Comitê de Auditoria em 19 de Março de 2021.

3. Descrição das principais práticas contábeis: **a.** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. **b.** Ativos e passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata die e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. **c.** Caixa e equivalentes de caixa - são considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, cujos prazos de liquidação na data de aquisição eram de até noventa dias. **d.** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados nas seguintes categorias: **i.** Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado do semestre. **ii.** Títulos disponíveis para venda - não se enquadraram como títulos para negociação nem como títulos mantidos até o vencimento. São apresentados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos nominais reconhecidos no resultado do semestre e as variações do valor de mercado em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **iii.** Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos (em base "pro rata" dia) reconhecidos no resultado do exercício. **e.** As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma: Os ajustes diários no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos ou incorridos; Os prêmios pagos ou recebidos nas operações com opções são registrados, até a liquidação das mesmas, em contas patrimoniais a valor de custo, ajustados a mercado em contrapartida ao resultado; Os ativos e passivos decorrentes de operações de swaps são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustado a mercado em contrapartida ao resultado; e **f.** A provisão para spread de risco de crédito ("Credit Valuation Adjustment" - CVA) para os instrumentos financeiros derivativos é calculada sobre o somatório do valor de mercado dos derivativos e seus respectivos ganhos potenciais futuros, conforme Circulares Bacen nº 3.644/13 e nº 3.849/17. **f.** Critérios para apuração do valor de mercado - o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em: Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; Modelos de precificação que utilizam como base o preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes, divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) ou instituições de classe; e Modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para intermediários. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários está divulgado na nota 7. **g.** Imobilizado - conforme previsto na Resolução nº 4.536/16 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação dos bens imobilizados é feita pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, e em conformidade com a referida norma. **h.** Negociação e intermediação de valores é demonstrada pelo valor das operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas na B3 S.A., por conta de clientes, pendentes de liquidação. **i.** Obrigações por empréstimo de ações - as ações tomadas por empréstimos são registradas em conta específica, valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores, acrescida dos encargos/rendimentos do empréstimo, apropriada no resultado. **j.** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social é calculada à alíquota de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa. Esses impostos diferidos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. O valor referente ao crédito tributário está divulgado na nota 15. **k.** Planos de remuneração de longo prazo - os prêmios atribuídos aos funcionários, relativos aos planos globais de remuneração de longo prazo, são registrados no resultado do exercício, em contrapartida a um passivo, à medida que suas condições, tais como a permanência na Corretora, sejam cumpridas. Os ajustes desses passivos aos seus valores de realização também são registrados em contrapartida do resultado do semestre. **l.** Avaliação do ativo recuperável - os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não serão recuperados no futuro. Não foram identificadas perdas no valor recuperável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **m.** O reconhecimento, à mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização, e sobre as quais não cabem mais recursos; Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados, tampouco divulgados, conforme legislação vigente; e Obrigações legais

- quando existentes, são reconhecidas nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito. Estão representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade. O valor das provisões e passivos contingentes estão divulgados na nota 12. **n.** Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.277/13, são reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao apereamento dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado (títulos públicos federais, opções de ações e ações) para as empresas integrantes do Conglomerado Credit Suisse Brasil. **o.** Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.424/15, foram reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao passivo atuarial, com base no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, conforme apresentado na nota 11. A revisão das premissas e avaliação dos efeitos relativos a esse passivo atuarial são efetuadas anualmente. Os impactos do custo do serviço corrente e juros líquido sobre o valor líquido do passivo são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O valor da provisão para passivo atuarial está divulgado na nota 11. **p.** Resultados recorrentes e não-recorrentes: em atendimento à Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, evidenciamos que não houve resultado não-recorrente no exercício de 2020, ou seja, não houve nenhum resultado material que não estivesse relacionado ou estivesse relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; tampouco não estivesse previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Gerenciamento de riscos: A gestão de riscos da Corretora é realizada por estrutura integrada de gestão de riscos (CRO) e é realizada de forma independente da atividade de negócios, pautada por políticas de governança, controles e processos. O Conglomerado definiu apetites de riscos quantitativos e qualitativos para os seus principais riscos tomados. O Conglomerado também realiza testes de estresses nos principais riscos tomados e os resultados são utilizados nos testes feitos no plano de capital. O Conglomerado possui Comitê de Riscos que se reúne periodicamente para discutir a utilização dos apetites, principais incidentes, mudanças regulatórias, dentre outros assuntos. As instituições integrantes do Conglomerado Prudencial Credit Suisse gerenciam seus principais riscos que são: **a.** Risco de mercado - é definido como o risco de perda de um valor financeiro de uma carteira devido as mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes no mercado e atua como market maker em vários mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado, o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o Value at Risk (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dada um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidade de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade destes, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reequilíbrio das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de taxa de juros da sua carteira de não negociação e possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, back testing de modelos, etc. **b.** Risco de liquidez - o risco de descaçamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e moedas de liquidação é gerenciado através de mecanismos que incluem a simulação de cenários e manutenção de limites mínimos de recursos aplicados em ativos líquidos. O Conglomerado possui política, definição de apetite e plano de contingência para o risco de liquidez. São usadas metodologias para o acompanhamento da liquidez até um determinado horizonte de tempo, segundo cenário base e cenários de estresse. O Comitê de Riscos discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, concentração das captações, etc. **c.** Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos é gerenciada por estrutura criada com essa finalidade, por meio do acompanhamento e da mensuração das perdas operacionais, bem como pela divulgação interna da cultura de monitoramento desse risco. O Conglomerado possui área para gestão do risco operacional, independente das áreas de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional que se reúne periodicamente, onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O Conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos, por exemplo, que simula situações onde os colaboradores não podem acessar o local de trabalho; e **d.** Gestão de capital - o processo de gerenciamento de capital da Administração leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua e é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do Conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil previstos na Resolução CMN nº 4.557/17. O processo de gerenciamento de capital é monitorado trimestralmente pelo comitê responsável pelo risco de mercado e liquidez e gerenciamento de capital, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções realizadas e as decisões estratégicas do Conglomerado. Os índices de capital dos quais o Conglomerado está sujeito, em cumprimento a Resolução CMN nº 4.193/13, estão apresentados a seguir:

	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Patrimônio de Referência Nivel I.....	4.332.118	4.326.086
Capital Principal.....	4.332.118	4.326.086
Patrimônio de Referência Nivel II.....	4.332.118	5.132.226
RWA de Mercado ¹	21.953.371	11.345.229
RWA de Crédito ²	6.790.630	8.490.306
RWA Operacional.....	2.585.353	3.137.443
Total de RWA	31.327.359	22.972.983
Adicionais de Capital Aplicáveis³	1.225	1.570
Conservação.....	1,25%	2,50%
Índice de Baseleia - Capital Nivel I	13,83%	18,83%
Mínimo Requerido ³	7,25%	8,50%
Índice de Baseleia - Capital Principal	13,83%	18,83%
Mínimo Requerido ³	5,75%	7,00%
Índice de Baseleia - Patrimônio de referência	13,83%	22,34%
Mínimo Requerido ³	9,25%	10,50%
¹ O RWA referente aos riscos de crédito e de mercado são apurados pela abordagem padronizada (RWACpad e RWAMpad).		
² Além do Adicional de Capital de Conservação, ainda são considerados o Adicional de Capital Contracíclico e o Sistêmico, ambos com o valor de 0% nos dois períodos apresentados. O Adicional de Capital de Conservação foi reduzido de 2,5% para 1,25% a partir de 01/Abril/2020 e possui um cronograma de aumento gradual até o retorno ao seu valor de 2,5% na data-base de 01/Abril/2022 como parte das alterações regulatórias realizadas em resposta ao cenário causado pelo Covid-19 por meio da Resolução CMN nº 4.783/20		
³ Os mínimos requeridos já estão acrescidos dos adicionais de capital aplicáveis, sendo o mínimo de Capital Nivel I de 6%, o mínimo de Capital Principal de 4,5% e o mínimo do Patrimônio de Referência de 8%.		
5. Caixa e equivalentes de caixa: Os valores de Caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:		
Disponibilidades.....	3.001	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	652.068	296.371
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	655.069	296.372
6. Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	-	296.371
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	652.068	-
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez.....		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

iii. Reconciliação do passivo atuarial:

	Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
1. Valor das obrigações no início do exercício	2.155	2.894
2. Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	-	54
3. Juros sobre obrigação atuarial	150	272
4. Benefícios pagos pelo plano	(4)	(7)
5. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	2.514	(1.058)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	4.815	2.155
b. Reconciliação do balanço		
1. Passivo no balanço no início do exercício	2.155	2.894
2. Despesa reconhecida no exercício corrente	150	326
3. Contribuições de patrocinadoras vertidas no ano	(4)	(7)
4. Montantes reconhecidos no OCI no exercício corrente	2.514	(1.058)
Passivo no balanço no final do exercício	4.815	2.155
c. Componentes da despesa do plano		
1. Custo do serviço corrente	-	54
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	150	272
Total da despesa a ser reconhecida	150	326
d. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço		
1. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	4.815	2.155
Passivo líquido	4.815	2.155
e. Componentes da despesa do plano projetada		
1. Custo do serviço corrente	75	-
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	350	150
Total da despesa a ser reconhecida	425	150
f. Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)		
1. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	2.514	(1.058)
Custo total reconhecido no OCI	2.514	(1.058)
g. Perdas (ganhos) reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)		
1. Valores acumulados reconhecidos no OCI no início do exercício	(584)	474
2. Perdas (ganhos) reconhecidos no OCI durante o exercício	2.514	(1.058)
Valores acumulados reconhecidos no OCI no final do exercício	1.930	(584)
h. Duração da obrigação atuarial	24,4	22,6
i. Fluxo de benefícios futuros		
Exercício atual +1	26	63
Exercício atual +2	51	64
Exercício atual +3	59	68
Exercício atual +4	63	70
Exercício atual +5	67	74
Exercício atual +6 até exercício atual +10	471	420
j. Distribuição da obrigação atuarial		
1. Ativos	1.501	-
2. Assistidos/aposentados/pensionistas	3.314	2.155
Total da obrigação atuarial	4.815	2.155

iv. Sensibilidade da obrigação de benefício

A tabela abaixo apresenta os impactos pela alteração das seguintes premissas:

	Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(587)	(164)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	698	184
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço	(9)	-
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço	10	-
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros	(22)	(2)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros	23	2
Impacto da alteração da hipótese de HCCTTR (+1,0%) na apuração da obrigação atuarial	1.526	390
Impacto da alteração da hipótese de HCCTTR (-1,0%) na apuração da obrigação atuarial	(1.097)	(314)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTTR (+1,0%) no custo do serviço	24	-
Impacto da alteração da hipótese de HCCTTR (-1,0%) no custo do serviço	(17)	-
Impacto da alteração da hipótese de HCCTTR (+1,0%) no custo dos juros	111	28
Impacto da alteração da hipótese de HCCTTR (-1,0%) no custo dos juros	(80)	(22)

12. Provisões e passivos contingentes: A Corretora é parte em processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível. No montante de R\$ 4.962 (2019 - R\$ 5.605), as provisões contingentes levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09 e principalmente por honorários advocatícios civis e fiscais. Segue abaixo movimentação das provisões contingentes no exercício:

	Dezembro/ 2019	Constituições/ Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/ 2020
Fiscais	1.598	23	-	-	1.621
Trabalhistas (a)	2.736	683	-	(133)	3.286
Cíveis	1.271	24	(1.240)	-	55
Total	5.605	730	(1.240)	(133)	4.962
	Dezembro/ 2018	Constituições/ Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/ 2019
Fiscais	1.558	40	-	-	1.598
Trabalhistas (a)	287	2.449	-	-	2.736
Cíveis	2.271	-	-	(1.000)	1.271
Total	4.116	2.489	-	(1.000)	5.605

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparados originalmente antes das reclassificações descritas na Nota 2, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 3 de março de 2020, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, examinamos também as reclassificações descritas na Nota 2 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Instituição referentes ao exercício de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer

(a) Referem-se a ações contra a Corretora, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação.

Adicionalmente, a Corretora discute processos nas esferas judicial e administrativa, não reconhecidos em suas demonstrações contábeis por apresentarem risco de perda possível, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos. Os principais processos possíveis são: • Encargos sociais sobre Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados: a Corretora discute na esfera administrativa e judicial se os valores pagos a título de PLR atenderam aos requisitos da Lei nº 10.101/00, de modo a não incidir encargos sociais. Essas atuações referem-se a agosto de 2010. O valor atualizado da causa é de R\$ 37.898 (2019 - R\$ 37.416); • Tributação do ganho de capital na venda dos títulos patrimoniais da Bovespa e BM&F: a Corretora discute na esfera judicial se o ganho de capital na venda dos referidos títulos patrimoniais deveria ser objeto de tributação do PIS e COFINS, uma vez que refere-se a resultado na venda de ativo permanente. A atuação refere-se a setembro de 2010 e o valor atualizado da causa é de R\$ 50.640 (2019 - R\$ 49.922); e • Reclamação de Pessoa Física junto ao Segmento de Supervisão de Mercado ("BSM") da Bolsa de Valores do Brasil ("B3"), nos termos do denominado "Mecanismo de Remuneração de Investidores" ("MRP"). A reclamação se refere a transações de "fence" registradas na B3 em fevereiro de 2016 e roladas até março de 2018. A Corretora apresentou defesa e aguarda-se o relatório final e a decisão do BSM. O valor atualizado da causa é de R\$ 2.236 (2019 - R\$ 0).

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social está representado por 98.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do Capital Social definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Corretora, sendo formada por recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2020, foi aprovada a destinação do montante de R\$ 31.737 à rubrica de "Reserva de lucros - estatutária" da Corretora, após a constituição de reserva legal, relativo aos lucros auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. **c. Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante à legislação em vigor. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 10.580 correspondente a lucros auferidos pela Corretora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, após a constituição de Reserva Legal. A administração constituiu a provisão para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 13.367, referente ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após constituição de reserva legal.

14. Transações relevantes com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636/18 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05. **a. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição	Natureza do relacionamento		Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019
	Ativo	Passivo		
Disponibilidades	Relacionada		3.000	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Controlador		652.068	296.371
Títulos e valores mobiliários	Relacionada		-	53.272
Outros créditos:				
Negociação e intermediação de valores	Controlador		313.561	181.583
Negociação e intermediação de valores	Relacionadas		63	207
Rendas a receber - taxa de administração	Relacionadas		718	544
Outras obrigações:				
Sociais e estatutárias	Controlador		13.367	10.580
Negociação e intermediação de valores	Controlador		369.424	340.799
Diversas - aluguel	Controlador		286	283

Resultado
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários..... Controlador 14.626 18.611
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários..... Relacionada 886 5.251
Receita de prestação de serviços - corretagem..... Controlador 1.449 2.186
Receita de prestação de serviços - corretagem..... Relacionadas 13.033 10.564
Receita de prestação de serviços - taxa de administração..... Relacionadas 8.228 5.605

b. Remuneração do pessoal chave da administração (*): • Benefícios de curto prazo: Na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram registrados benefícios de curto prazo referentes a honorários no valor de R\$ 1.645 (2019 - R\$ 1.600) e seus respectivos encargos de R\$ 370 (2019 - R\$ 360). No 1º semestre de 2020, houve um pagamento adicional de gratificações no montante de R\$ 5 e seus respectivos encargos de R\$ 1. No mesmo período do ano de 2019, tivemos reversão de despesas de gratificação em razão dos montantes provisionados terem sido superiores aos valores efetivamente pagos. Foi provisionado no exercício de 2020, o montante de R\$ 1.479 referente a gratificações (2019 - R\$ 1.079). • Benefícios de longo prazo: As empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil participam de planos globais de remuneração de longo prazo, em especial do plano global de ações do Credit Suisse Group ("CSG"). Esses planos envolvem a atribuição aos funcionários e administradores de promessas de pagamentos futuros baseados em ações ou em outros ativos, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas. A liquidação destes planos é feita, em sua maior parte, através de pagamentos em dinheiro (crédito em conta corrente bancária). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, referente ao plano global de ações, foi registrado o valor de R\$ 120 (2019 - R\$ 1.264) e encargos sociais no valor de R\$ 27 (2019 - R\$ 284). Referente a outros benefícios de longo prazo, foi registrado o valor de R\$ 3.365 (2019 - R\$ 1.892)** e encargos sociais de R\$ 757 (2019 - R\$ 426)**. A provisão referente aos benefícios de plano global de ações e demais planos de longo prazo e respectivos encargos no valor de R\$ 6.198 (2019 - R\$ 4.476)** encontra-se registrada na conta de "Outras obrigações" (nota 10). * Considera somente os diretores não empregados. ** Os números relativos a outros benefícios de longo prazo em 2019 passaram a incluir o plano cash settled.

15. Imposto de renda e contribuição social: a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	88.951	71.003
Base de cálculo	88.951	71.003
Imposto de renda calculado		
à alíquota de 25% e contribuição social de 15%	(35.580)	(28.401)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas inadefutíveis, líquidas de receitas não tributadas	(1.183)	(772)
Incentivos fiscais	1.280	1.259
Ajuste de IRPJ/CSLL do ano anterior	-	109
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(35.483)	(27.805)

b. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019
Impostos diferidos		
Constituição (Realização) de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas	1.689	4.562
Total de impostos diferidos	1.689	4.562
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(37.172)	(32.367)
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(35.483)	(27.805)

c. Ativo Fiscal Diferido: Em 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados pelo Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização, o histórico de rentabilidade da Corretora e a expectativa de geração de lucros tributáveis em períodos subsequentes. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões dos planos de remuneração de longo prazo e provisões inadefutíveis. Os créditos tributários, calculados sobre as adições temporárias líquidas, foram constituídos considerando a alíquota total de 40% (25% IRPJ e 15% CSLL), nos termos da legislação vigente.

	Dezembro/ 2019	Constituição	Realização	Dezembro/ 2020
Diferenças temporárias	25.120	25.376	(22.682)	27.814
Total de créditos tributários	25.120	25.376	(22.682)	27.814
	Dezembro/ 2018	Constituição	Realização	Dezembro/ 2019
Diferenças temporárias	20.984	22.672	(18.536)	25.120
Total de créditos tributários	20.984	22.672	(18.536)	25.120

(*) Inclui constituição sobre diferença temporária no montante de R\$ 1.004 (2019 - Realização R\$ 426), que transitaram via "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

d. Expectativa de realização do crédito tributário

	Dezembro/2020			Valor presente*
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
1º ano	12.241	7.981	20.222	19.777
2º ano	2.022	1.557	3.579	3.423
10º ano	2.508	1.505	4.013	3.213
Total	16.771	11.043	27.814	26.413
	Dezembro/2019			Valor presente*
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
1º ano	11.287	7.252	18.539	17.741
2º ano	1.985	1.421	3.406	3.119
10º ano	1.985	1.190	3.175	2.044
Total	15.257	9.863	25.120	22.904

* A taxa de desconto utilizada é a Selic.

16. Outras informações: a. Receitas de prestação de serviços incluem, substancialmente, corretagens de operações realizadas na B3 S.A. no valor de R\$ 225.667 (2019 - R\$ 184.363), comissão de colocação de cotas no valor de R\$ 15.178 (2019 - R\$ 17.730), taxas de administração de fundos de investidores externos no valor de R\$ 7.985 (2019 - R\$ 5.605) e assessoria técnica de R\$ 7.065 (2019 - R\$ 3.810). b. Outras despesas administrativas incluem, substancialmente, despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 4.151 (2019 - R\$ 3.050), despesas de comunicações de R\$ 12.686 (2019 - R\$ 8.933), despesas de aluguel de R\$ 3.432 (2019 - R\$ 3.170), despesas com contribuições filantrópicas R\$ 1.924 (2019 - R\$ 1.858), despesas de depreciações e amortizações de R\$ 879 (2019 - R\$ 863), despesas de viagens de R\$ 613 (2019 - R\$ 2.137) e despesas de condomínio de R\$ 537 (2019 - R\$ 601). c. As despesas de pessoal são compostas, substancialmente, por salários, encargos, 13º salário, despesas com pagamentos de gratificações e seus correspondentes encargos, além de despesas com provisões de planos de ações e remuneração diferida. d. Desde o início de janeiro de 2020, o surto de coronavírus impactou adversamente as atividades econômicas globais, ocasionando uma desaceleração generalizada e um aumento na volatilidade nos mercados financeiros e de capitais. O impacto nas demonstrações financeiras do Conglomerado Credit Suisse, como resultado destes eventos, não foi significativo, considerando os níveis de capitalização e de liquidez das entidades. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impede qualquer previsão como seu impacto final. A administração do Conglomerado continua monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.

17. Eventos subsequentes: a. Em 1º de Março de 2021 foi publicada a medida provisória 1.034, a qual está em trâmite no Congresso Nacional e se aprovada, majorará a alíquota de CSLL para instituições financeiras, sendo 20% para Corretoras e 25% para Bancos. As alíquotas retornam para 15% e 20%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022.

Ruy Ayres de Almeida Freitas - Contador - CRC 1SP 178320/O-8

com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0